

UMA ANÁLISE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO REQUIÃO (2003-2006)

Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva¹
(Unioeste – Campus de Cascavel)

Luiz Fernando Reis²
(Unioeste – Campus de Cascavel)

Resumo: No ano de 2007 foram comemorados os 20 anos da conquista da gratuidade da educação superior pública no Estado do Paraná. Apesar de as Instituições Estaduais de Ensino Superior permanecerem gratuitas, graças aos esforços de movimentos que defendem a universidade pública e gratuita, os últimos anos vêm sendo marcados por orçamentos arrojados, um verdadeiro ataque à autonomia de gestão financeira e patrimonial das universidades. Roberto Requião assumiu o governo paranaense, em 2003, com o discurso da mudança. No início de seu governo, implementou políticas que demonstraram uma grande distância entre o discurso e a prática governamental. Neste trabalho, ao analisar documentos do Tribunal de Contas do Estado, percebemos que, no que se refere ao financiamento das universidades paranaenses, o Governo Requião, no período de 2003 a 2006, apesar do aumento nominal, investiu menos do que o Governo Lerner (1999-2002). Apesar das diferenças políticas entre os dois governos, o resultado concreto de suas ações foi muito semelhante: a redução dos recursos, constitucionalmente vinculados, para a manutenção e desenvolvimento da educação superior pública paranaense.

Palavras-chave: Educação superior; Universidades paranaenses; Governo Requião.

AN ANALYSIS OF THE EXPENSES OF MAINTENANCE AND DEVELOPMENT OF HIGHER EDUCATION IN THE REQUIÃO GOVERNMENT (2003-2006)

Abstract: In 2007 was celebrated the 20th anniversary of the conquest of free public higher education in the state of Parana. While the State Institutions of Higher Education remain free thanks to the efforts of movements that defend the public and free university, recent years have been marked by tightening budgets, a real attack on the autonomy of financial and asset management of universities. Roberto Requião assumed the government of Parana, in 2003, with the discourse of change. Early in his government implemented policies that have shown a large gap between discourse and practice of government. In this work, from the analysis of documents of the Court of the State of Parana, we realize that, with respect to the financing of public universities in Paraná, the Government Requião, in the period 2003-2006, despite rising nominal, real invested less than the Government Lerner (1999-2002). Despite the political differences between the two governments, the concrete result of their actions were very similar: a reduction of resources, constitutionally tied to the maintenance and development of public higher education in Paraná.

Keywords: Higher Education; Universities of Paraná-Brazil; Requião Government.

¹ Aluno do Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Cascavel. Membro do Grupo de Pesquisa História e Historiografia da Educação. E-mail: gabrielpaivahist@yahoo.com.br.

² Docente do Curso de Enfermagem na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Cascavel. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social (GEPPES - Unioeste/CNPq).

1 O INÍCIO DO GOVERNO REQUIÃO E A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

No ano de 2002, Roberto Requião (PMDB), durante a sua campanha eleitoral à governador do Estado do Paraná, se apresentou como o candidato comprometido com as mudanças e afirmou que, por consequência, sua administração seria oposta à administração que o antecederia, e seu engajamento “neoliberal”, representado na figura de Jaime Lerner (PFL). Em seu discurso de posse relativamente ao mandato de 2003-2006, afirmou: “(...) Toda a minha campanha e todo o meu programa de governo tiveram como centro a proposta de mudança. Mudança de prioridades, mudança de estilo.”³

De acordo com Bosi e Reis (2008), o governo Requião (PMDB), no início de seu governo, implementou políticas que demonstraram uma grande distância entre o discurso e a prática governamental. Alegando que recebeu uma “herança maldita do governo Lerner”, o governo Requião procurou computar suas medidas antipopulares na conta do governo anterior. Neste sentido, em abril de 2003, o secretário Aldair Rizzi⁴, ex-vice-reitor da Universidade Federal do Paraná, afirmou que sua gestão havia herdado “um quadro caótico do ponto de vista administrativo e financeiro. Havia a expansão desorganizada de cursos, sem a garantia de orçamento e, conseqüentemente, qualidade.”⁵ Para enfrentar a chamada “herança maldita”, o governo Requião, no início de sua gestão, propôs a redução em 30% das despesas de custeio em todas as secretarias. Rizzi, manifestando a sua anuência com tal procedimento, declarou que, “devido ao déficit não será possível expandir cursos e nem investir em novos campi” (BOSI; REIS; 2008, p. 181).

Rizzi ao assumir a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SETI) passou a colocar em prática uma “reforma” da educação superior, denominada por ele de “política de reestruturação de todo o sistema estadual de educação superior”. A Seti implementou, dentre as medidas deste projeto político, “a suspensão da implantação de novos cursos de graduação, o 'fechamento' (suspensão da realização de vestibular) de 43 cursos de graduação já implantados, a imposição de arrocho salarial aos docentes e a contenção de concurso público para a contratação de novos servidores” (BOSI; REIS; 2008, p. 187). Na

³ Cf. Discurso de Posse do Governador Roberto Requião pronunciado na Assembléia Legislativa do Paraná, em 1º de janeiro de 2003.

⁴ Aldair Rizzi ocupou o cargo de secretário por três anos. Em 2006, exonerou-se do cargo para candidatar-se a deputado federal pelo PMDB. No seu lugar assumiu a ex-reitora da Universidade Estadual de Londrina, Profa. Lygia Pupatto.

⁵ Cf. notícia intitulada “Governo vai reduzir despesas em 30%”. Agência Estadual de Notícias. 09/04/2003.

tentativa de justificar a sua política de contenção do crescimento da educação superior estadual pública e a conseqüente redução dos recursos destinados às Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), Requião e o secretário Rizzi passaram a defender tais ações argumentando que o Estado estava imerso num déficit orçamentário, herança do governo anterior.

Do ano de 2002 a 2004, ao contrário do discurso do governo, ocorreu o crescimento na arrecadação tributária do Estado do Paraná, sendo de 39,12% o percentual de crescimento nominal de arrecadação do ICMS Estadual e 28,94% o crescimento nominal da receita orçamentária.⁶ Estes dados demonstram cabalmente que não havia nenhuma sustentação empírica que permitisse ao governador e ao secretário Rizzi utilizar o déficit orçamentário como justificativa para a implementação, logo no início da gestão (2003/2004), de uma política de contenção de crescimento de matrículas e de arrocho orçamentário em relação às IEES paranaenses. Percebendo a fragilidade do argumento utilizado, o governo do Estado começou a difundir outra "justificativa" a fim de reduzir os gastos com a educação superior. De acordo com Bosi e Reis

A Seti, percebendo a fragilidade do argumento baseado no déficit orçamentário, começou a propalar uma outra justificativa não menos ideológica: 'O Paraná é o Estado que apresenta o maior comprometimento de sua arrecadação tributária com a manutenção da estrutura de educação superior pública.' Assim o problema passava a ser o governo federal que, teoricamente – e na visão da Seti –, investia pouco na manutenção da educação superior no Paraná. Na esteira deste argumento o governador Roberto Requião chegou a defender a seguinte idéia: 'O que precisamos é federalizar algumas de nossas universidades ou, pelo menos, obter um repasse de verbas da União (BOSI; REIS; 2008, p. 184).

Com esse novo argumento o governador e o secretário Rizzi procuraram justificar sua ação responsabilizando o governo federal pela falta de investimentos na educação superior paranaense. Segundo os argumentos propalados pelo Governo Requião, o Estado do Paraná já comprometia um percentual importante da arrecadação tributária com o custeio da educação superior.

Juntamente com o discurso de ser um dos Estados em que mais se investia na educação superior, o governo do Estado buscou justificar a política de contenção orçamentária alegando pouca racionalidade por parte das universidades na utilização dos recursos postos a sua disposição pelo Estado. Isto fica explícito quando o secretário Rizzi, no ano de 2003, revelou, em um artigo sobre a reestruturação da educação superior do Paraná, os objetivos das

⁶ PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral do Estado**. Exercício de 2006.

políticas do governo Requião para as universidades paranaenses: “dar maior racionalidade às atividades acadêmicas e administrativas das instituições de educação superior públicas.” Este projeto de racionalização administrativa tinha como objetivo maior procurar impedir o crescimento dos gastos com as IEES paranaenses e desobrigar o Estado do financiamento integral das mesmas, por meio da convocação das próprias IEES e da comunidade para que assumissem parte dos custos da educação superior. Quanto às ações que vinham sendo desenvolvidas pela Secretaria, o secretário Rizzi afirmou:

Buscamos reassumir as responsabilidades do Poder público – esquecidas nos últimos anos – e **adotar políticas realistas, visando não só ter o aproveitamento responsável dos recursos disponíveis, mas também conquistar a ampla participação das IEES em ações condizentes com a nossa realidade** [grifo nosso]. (BOSI; REIS, 2008, 184).

De acordo com a Seti, para melhorar a qualidade dos cursos já existentes nas universidades paranaenses, o governo estadual evitaria ampliar sua participação na educação superior. Ao estancar a expansão de novos cursos, associada ao arrocho salarial dos servidores docentes e técnicos, o governo estadual conseguiu reduzir em termos reais o orçamento destinado às IEES para o ano de 2004.

De acordo com dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Paraná, em 2003 as IEES, para custear as despesas com educação, receberam R\$ 310.739.000,00. Esse montante representou 4,64% dos recursos constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento da educação. Em 2004 as IEES receberam R\$ 324.727.392,42. Apesar do crescimento nominal, do ponto de vista real houve redução dos recursos destinados às IEES. O montante de recursos repassados pelo Estado às IEES em 2004, em termos reais, foi menor do que em 2003, pois representou 4,19% dos recursos constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento da educação.

Em suma, no início do Governo, Requião, efetivamente, o que ocorreu foi a tentativa transferir à comunidade parte da responsabilidade pelo financiamento das IEES paranaenses. Além disto, o governo estadual procurou implementar outras formas para conter o crescimento dos recursos destinados às IEES. Segundo Altoé:

Os orçamentos passaram a ser fixados por teto-orçamentário com critérios definidos pelo governo sem discussão prévia com as instituições e desrespeitando as necessidades mínimas de manutenção das IEES no Paraná. Ocorreu uma perda total de autonomia da gestão administrativa, através de uma série de regulamentações, de decretos etc. As administrações e conselhos superiores das universidades perderam quase totalmente suas atribuições estatutárias, já que a maioria das decisões administrativas internas depende de autorização governamental (2007, p. 119).

Ao implementar um projeto que fixa os orçamentos das universidades sem o conhecimento prévio dos gastos das universidades, o governo Requião, repetiu um velho método implementado no governo anterior, ou seja, a necessidade das IEES buscarem fontes alternativas de financiamento, além dos recursos do tesouro estadual, como por exemplo, a venda de cursos e serviços e a busca, por meio de projetos, de financiamento junto às entidades de fomento. As administrações das IEES e o próprio governo passaram a estimular os professores a converterem-se em empreendedores, captadores de recursos junto às agências de fomento.

Isso ficou evidente, quando no ano de 2004, para a reabertura dos 43 cursos suspensos o governo selou um acordo tácito com os reitores. Tal acordo pressupunha que as próprias IEES, que quisessem viabilizar a reabertura dos cursos suspensos buscassem na sociedade parte dos recursos necessários à manutenção de tais cursos. Além desse apoio a ser buscado na sociedade, caberia aos dirigentes aplicar algumas medidas racionalizadoras para diminuir os custos de manutenção das IEES para o Estado. Desta forma os 43 cursos fechados foram "reabertos" e os vestibulares voltaram a ser realizados. Como contrapartida a comunidade foi convocada a investir recursos tanto para a adequação da estrutura quanto para a aquisição de materiais e equipamentos. (BOSI; REIS, 2008, p.188)

De acordo com o então secretário Rizzi “a regularização da maioria dos cursos suspensos em tempo recorde deve-se a um esforço conjunto: governo, universidade e sociedade” (BOSI; REIS, 2008, 189). Entretanto, a participação da sociedade no financiamento de parte das despesas com a manutenção da educação superior foi denunciada, por setores do movimento docente e estudantil, como artifício utilizado pelo governo para desresponsabilizar-se do financiamento integral da educação superior pública.

De acordo com Bosi e Reis as próprias universidades foram “estimuladas” a fazerem ajustes internos de modo a obter a autorização do Governo Requião para o funcionamento dos cursos suspensos. No caso da Unicentro, de acordo com o próprio secretário Rizzi, houve “o aumento da carga do professor, de 9,9 para 14,9, horas-aula semanais, sem qualquer ônus para o Tesouro Estadual”.⁷ Em reunião com o secretariado do Governo Requião, na chamada Escola de Governo, o reitor da UEM anunciou que assumiria cinco cursos suspensos com recursos próprios. Nessa mesma reunião, o reitor da Unicentro afirmou que “a reorganização administrativa da Unicentro vai contar com uma comissão permanente de auditoria interna,

⁷Cf. notícia intitulada “Unicentro tem nove cursos regularizados”. Agência Estadual de Notícias, 29/6/2004.

revisão dos conselhos superiores e a ampliação da captação de recursos por meio de convênios.”⁸

Durante os primeiros anos do mandato de Requião (2003-2005), a política de reestruturação do sistema estadual de educação superior operada pelo secretário Rizzi nos resultou na contenção, em termos reais dos gastos, constitucionalmente vinculados, com a manutenção e desenvolvimento da educação superior.

2 O FINANCIAMENTO DAS IEES PARANAENSES DE 2003 A 2006

De acordo com informações disponibilizadas pela Seti, do ano de 2003 a 2006, ocorreu um pequeno crescimento de 2,38% no número de cursos de graduação presenciais, passando de 252 no ano de 2003 à 258 em 2006. O crescimento nominal das matrículas foi de 0,32%, menos de meio por cento. Nesse período ocorreu uma redução, superior a 5%, do número de professores efetivos. Esses números evidenciam o resultado concreto da política de reestruturação da educação superior implementada pelo secretário Rizzi: contenção da abertura de cursos, do crescimento de matrículas e da contratação docente via concurso público.

Durante este processo ocorreu a redução do número de professores. No ano de 2003 eram 5.465 docentes e no ano de 2006 esse número passou para 5.189. É importante salientar, como vimos anteriormente, que Requião procurou evitar a concessão de reajuste salarial aos docentes e isso fez com que houvesse uma grande evasão. Muitos docentes titulados, em função do arrocho salarial, preferiram fazer concurso público nas universidades federais e nas estaduais paulistas. De acordo com Reis (2007)

Como resultado do arrocho salarial, implementado desde o Governo Lerner, tem se verificado uma grande evasão de docentes das universidades estaduais do Paraná que estão se demitindo e buscando melhores condições salariais e de trabalho, principalmente, nas universidades estaduais paulistas e nas federais. No período de janeiro de 2003 a março de 2007 na UEM, UEL UEPG e Unioeste 267 professores pediram exoneração: 144 doutores, 60 mestres e 63 graduados ou especialistas. Se incluídas as aposentadorias, transferências/remoções e falecimentos, nesse período, essas universidades perderam mais de 600 professores. (REIS, 2007, p. 13)

Os docentes que permaneceram nas IEES paranaenses desencadearam diversas mobilizações com vistas à melhoria das condições salariais e de trabalho. Pressionado pelas

⁸Cf. notícia intitulada “Reitores apresentam mudanças nas universidades para atender política estadual de ensino superior”. Agência Estadual de Notícias, 15/3/2004.

mobilizações do ano de 2004 e 2005, o governo estadual implantou, em setembro de 2005, reajuste dos salários dos docentes, por meio de uma revisão da carreira. Entretanto tal reajuste não repôs integralmente as perdas salariais acumuladas desde março de 1997 e não pôs fim ao processo de mobilizações desencadeado pelos docentes.

Para implementar a sua política de reestruturação do ensino superior o Governo Requião, além de não repor integralmente as perdas salariais acumuladas, procurou ampliar a carga horária docente em sala de aula, reduzir o tempo dedicado à pesquisa e à extensão, buscando com isso a redução na necessidade da contratação de novos docentes (BOSI; REIS, 2008, p. 194).

Além dos elementos já apresentados, a política de reestruturação do ensino superior implementada por Requião e Rizzi resultou na redução, em termos reais, do percentual de impostos, constitucionalmente vinculados, à manutenção e desenvolvimento da educação superior. Essa conclusão respalda-se na análise dos recursos destinados às IEES paranaenses no período de 2003 - 2006 e na comparação de tais recursos destinados pelo Governo Lerner (1999-2002). Procuraremos fundamentar tal conclusão com os dados e análises abaixo descritos.

Do ano de 2003 a 2005 o aumento, nominal e real, dos recursos para a educação superior, comparados à arrecadação do ICMS (cota estadual) foi expressivo. No ano de 2006, comparado ao ano de 2003, o percentual de ICMS investido na educação superior paranaense cresceu, em termos reais, 24%: de 5,26% para 6,53%. No mesmo período (2003-2006) verificou-se um crescimento nominal de 17,09% da arrecadação do ICMS.

Em relação à Receita Orçamentária, os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento da educação Superior, no período de 2003 a 2006, cresceram em termos reais 5,90%, passando de 2,88%, em 2003, para 3,05%, em 2006. Nesse mesmo período o crescimento nominal da receita orçamentária foi de 36,82%.

Em relação à receita de impostos, constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento da educação, os recursos destinados as IEES paranaenses cresceram, em termos reais, 20,91%, passando de 4,64%, em 2003, para 5,61%, em 2006. Nesse mesmo período, o crescimento nominal da receita tributária foi de 20,35%. (PARANÁ, 2006)

Estes dados indicam que ao invés de déficit orçamentário, alegado pelo governo estadual, ocorreu efetivamente o crescimento na arrecadação tributária do Estado durante todo o primeiro mandato do Governador Requião (2003 a 2006). Observou-se um crescimento nominal de 17,09% da arrecadação do ICMS, de 36,82% da receita orçamentária e de 20,35%

da receita de impostos constitucionalmente vinculados à educação. Materialmente não haviam justificativas que respaldassem o argumento inicialmente utilizado pelo governo Estadual para não ampliar significativamente o financiamento das IEES paranaenses. Entretanto o crescimento do orçamento destinado à manutenção e desenvolvimento da educação foi motivado especialmente pelo reajuste salarial conquistado pelos docentes, em setembro de 2005, e pelos técnicos em abril de 2006.

Importante frisar que o Governo Requião (2003-2006) destinou parte expressiva do orçamento do Estado para o pagamento das dívidas externa e interna, tanto no que se refere ao pagamento de juros e encargos, como em amortizações. Tais recursos são expressivamente superiores aos gastos com a educação superior paranaense.

TABELA 1 - Relação Educação Superior/ Dívida Pública – Paraná (2003-2006)

ANO	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA	AMORTIZAÇÕES	TOTAL DESPESAS DÍVIDA	DESPESAS EDUCAÇÃO SUPERIOR	RELAÇÃO DESPESAS EDUC. SUPERIOR/DÍVIDA
2003	644.408.000,00	544.910.000,00	1.189.318.000,00	310.739.000,00	26,13%
2004	635.800.000,00	536.117.000,00	1.171.917.000,00	324.727.392,42	27,71%
2005	678.955.000,00	562.855.000,00	1.241.810.000,00	374.250.184,54	30,14%
2006	613.210.000,00	490.434.000,00	1.103.644.000,00	451.549.000,00	40,91%
2003-2006	2.572.373.000,00	2.134.316.000,00	4.706.689.000,00	1.461.265.576,96	31,05%

Fonte: Paraná. Tribunal de Contas. Contas do Governador. Exercício de 2006.

A partir do quadro acima podemos perceber que os recursos utilizados para pagamento de juros, encargos e amortizações no ano de 2003 foram extremamente superiores aos recursos destinados às IEES paranaenses. Estes somaram apenas 26,13% em relação aos gastos com a dívida. No ano de 2006, houve um aumento dos recursos destinados às IEES, se comparados aos recursos destinados ao pagamento da dívida pública. Entretanto, mesmo que reduzida, esta disparidade permaneceu. Nestes quatro anos analisados, incluindo juros, encargos e amortizações, os recursos utilizados para pagamento da dívida pública foram em média 68,95% maiores do que os recursos do tesouro destinados à educação superior.

De acordo com dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Paraná, ao analisar a utilização dos recursos do Tesouro pelas IEES, percebemos que, na média dos quatro anos analisados, 90,62% dos recursos foram destinados às despesas com pessoal. Em 2003, 92,02% das despesas com educação foram destinados a este fim; no ano de 2004 foram 89,35%; no ano de 2005 foram 90,10%; e no ano de 2006 foram 91% em despesas com pessoal.

Durante estes quatro anos (2003 a 2006), diante de muitas mobilizações e algumas paralisações, o governo Requião autorizou o abono salarial aos técnicos-administrativos no ano de 2004 e concedeu reajuste salarial aos docentes em setembro do ano de 2005. Em abril de 2006, foi aprovado o novo plano de carreira, cargos e salários dos técnico-administrativos. O crescimento dos recursos repassados às IEES, especialmente no ano de 2005 e principalmente 2006, explica-se, fundamentalmente, em decorrência do impacto da implantação do reajuste salarial aos docentes e técnicos.

Em suma, o aumento do orçamento destinado às IEES em 2005 e 2006 não foi resultado direto da preocupação do governo e do secretário Rizzi com as universidades estaduais paranaenses. Podemos afirmar que o crescimento dos recursos destinados às IEES, em termos reais, ocorreu fundamentalmente em função do impacto dos reajustes salariais dos servidores docentes e técnicos. Tudo indica que se não tivessem ocorrido mobilizações e paralisações dos docentes e técnicos e a conseqüente conquista dos reajustes, os recursos destinados às IEES permaneceriam em patamares muito próximos aos de 2003. Entretanto, apesar do crescimento real do orçamento das universidades no período de 2003-2006, o percentual médio de recursos, constitucionalmente vinculados à educação, repassados às IEES paranaenses no período de 2003-2006 foi menor que o percentual médio repassado nos últimos quatro anos do Governo Lerner (1999-2002). Essa conclusão está fundamentada nos dados evidenciados na tabela abaixo.

TABELA 2 – Gastos com Educação (recursos vinculados) – Exercícios de 1999 a 2006

GOVERNO	ANO	EDUCAÇÃO BÁSICA		EDUCAÇÃO SUPERIOR		TOTAL DE GASTOS COM EDUCAÇÃO	
LERNER	1999	869.695.292,00	24,87%	267.607.446,00	7,15%	1.137.302.738,00	32,02%
	2000	996.701.137,00	22,07%	283.617.146,00	6,28%	1.280.318.284,00	28,34%
	2001	1.075.881.812,00	21,32%	296.268.766,00	5,87%	1.372.150.578,00	27,19%
	2002	1.233.726.816,00	21,20%	298.653.202,00	5,13%	1.532.379.328,00	26,33%
	% MÉDIA DO PERÍODO (1999-2002)		22,37%		6,11%		28,47%
REQUIÃO	2003	1.441.812.000,00	21,55%	310.739.000,00	4,64%	1.752.551.000,00	26,19%
	2004	1.776.335.607,58	22,90%	324.727.392,42	4,19%	2.101.062.999,00	27,09%
	2005	1.973.893.346,82	22,33%	374.250.184,54	4,23%	2.011.218.361,00	26,56%
	2006	1.971.816.000,00	24,49%	451.549.000,00	5,61%	2.423.365.000,00	30,10%
	MÉDIA DO PERÍODO (2003-2006)		22,82%		4,67%		27,49%

Fonte: Paraná. Tribunal de Contas. Contas do Governador. Exercícios de 2002 e 2006.

Do ano de 1999 a 2002, o governo Lerner destinou em média 28,47% da receita resultante de impostos, constitucionalmente vinculados, para manutenção e desenvolvimento da educação pública. Destes recursos, foram destinados em média 6,11% para a educação superior. No Governo Requião, de 2003 a 2006, foram destinados em média 27,49% para a manutenção e desenvolvimento da educação. Destes, 4,67% foram destinados para a educação superior. Tomando como referência a vinculação constitucional que determinava, no período, a aplicação de 25% da receita resultante de impostos para manutenção e desenvolvimento da educação pública, o Governo Requião, no período de 2003 a 2006, destinou, em termos reais, menos recursos às IEES do que o governo Jaime Lerner.

Nos últimos quatro anos do Governo Lerner (1999-2002) destinou-se às IEES paranaenses, em média, 6,11% das receitas vinculadas para a manutenção e desenvolvimento da educação. Esse dado nos permite concluir que, apesar do crescimento nominal do orçamento das IEES no que tange aos recursos, constitucionalmente vinculados à manutenção da educação pública, o Governo Requião, no período analisado (2003-2006) reduziu em termos reais os investimentos em educação superior, quando comparados aos quatro últimos anos do Governo Lerner (1999-2002).

Para Reis, desde o Governo Lerner até 2006, na gestão de Rizzi frente à Seti, o estrangulamento financeiro das universidades se constituiu na característica principal das políticas governamentais. De acordo com dados do Tribunal de Contas, no ano de 1997, o percentual de impostos, constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento da educação, destinado às IEES, foi de 9,70%, reduzido no ano de 2006 para o percentual de 5,61 %, uma redução de 42,16% em termos reais (PARANÁ, 2006).

O Governo Requião tinha orientação política distinta do Governo Lerner. Este era um governo tipicamente neoliberal, estreitamente vinculado aos organismos mundiais, especialmente o Banco Mundial. Lerner, em oito anos de mandato, defendeu e implementou um processo de crescente privatização dos serviços públicos, especialmente da educação superior. A reforma da previdência estadual, implementada por meio da criação de um serviço social autônomo (empresa privada) denominado de Paraná Previdência, foi adotado pelo Banco Mundial como modelo de gestão da previdência de servidores públicos. Lerner foi convidado para participar de um evento, em Washington (EUA), promovido pelo Banco Mundial, para divulgar o modelo (privado) de gestão previdenciária adotado pelo seu governo no Paraná.

Requião, do ponto de vista político, guarda enorme distância em relação ao Governo Lerner. Requião não é declaradamente um privatista, é um nacionalista que defende a presença do Estado em todos os setores da economia. Entretanto, essa diferença política não impediu a implementação de uma reestruturação do ensino superior no Paraná, cujo resultado concreto foi a redução, em termos reais, do financiamento das universidades públicas paranaenses em patamares inferiores ao governo anterior.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Neusa. **As universidades estaduais do Paraná: os caminhos da heteronomia**. Piracicaba-SP, 2007. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista - Unimep.

BOSI, A.; REIS, L.F. A reforma universitária nas universidades estaduais do Paraná. **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília, nº 34, p. 35-47, out.2004.

---; ---. Banco Mundial, Governo Lula, Governo Requião e a reforma universitária: uma análise comparativa. In: FIGUEIREDO, Ireni et al. **Educação, políticas sociais e Estado no Brasil** (Orgs.). Cascavel: Edunioeste, 2008.

GOVERNO vai reduzir despesas em 30%. **Agência Estadual de Notícias**, 09/04/2003. Disponível em: < <http://www.aenoticias.pr.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

PARANÁ. Educação Superior - Rede Estadual – 2006. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior. Coordenadoria de Educação Superior, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. Balanço do Estado. Exercício 2006.

PARANÁ. Tribunal de Contas. Contas do Governador. Exercício 2006.

REIS, Luiz Fernando. A autonomia universitária: de princípio fundante às orientações do Banco Mundial e sua relação com as reformas atuais da educação superior no Brasil e no Estado do Paraná. Maringá, Paraná, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá.

---. Políticas do Governo Requião para as universidades paranaenses: a distância entre o discurso de campanha e a prática governamental. **Revista da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá**, Maringá, n. 3, p. 13-16, Nov. 2007.

---. Termo de autonomia: estratégia de desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral da educação superior no Paraná. Seminário Estado e Políticas Sociais no Brasil. Francis Mary Guimarães Nogueira (Org.). **Anais...** Cascavel: Edunioeste, 2003, p.119-149.

REITORES apresentam mudanças nas universidades para atender política estadual de ensino superior. **Agência Estadual de Notícias**, 15/3/2004. Disponível em: < <http://www.aenoticias.pr.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

UNICENTRO tem nove cursos regularizados. Agência Estadual de Notícias, 29/6/2004.
Disponível em: < <http://www.aenoticias.pr.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

Recebido em 15/07/2010.

Aprovado para publicação em 03/11/2010.